

ATENDIMENTO DE PLEITO

Em atendimento aos pleitos da FIESP/CIESP encaminhados ao Governo Federal, foi publicado, em 31/08/2012, o **Decreto nº 7.796** que: a) prorroga até 31 de dezembro de 2012 a redução a 5% (cinco por cento) das alíquotas do IPI para os produtos de iluminação classificados nas posições 9405.10.9 e 9405.40; b) reduz a 0% (zero) até 31 de dezembro de 2013 a alíquota do IPI incidente nas operações com pisos laminados de madeira classificados nas posições 4410.11.21 e 4411.13.91.

Em atendimento aos pleitos da FIESP/CIESP encaminhados à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ):

- 1) foram promovidas alterações no Regulamento do ICMS, por intermédio do **Decreto Estadual nº 58.282, de 08 de agosto de 2012**, do qual resultou na exclusão da sistemática da substituição tributária do ICMS operações com os seguintes produtos: (i) margarina em recipiente de conteúdo igual a 1 Kilo (classificação fiscal NCM 15.17); (ii) azeites de oliva em recipientes de conteúdo superior a 2 litros (classificação fiscal NCM 15.09); e (iii) barras de cobre (classificação fiscal NCM 7407.10). Tais medidas visaram a necessidade de adequação da legislação à realidade comercial destes setores da indústria;
- 2) foi publicado o **Comunicado CAT 19, de 27/08/2012**, ampliando os prazos para realização das pesquisas de preços para determinação das Margens de Valor Agregado- MVAs aplicadas às operações com substituição tributária do ICMS. O atual prazo, de 15 (quinze) meses, foi ampliado para 21 (vinte e um) meses, em média.

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS IMPORTANTES

Instituída Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO

(Decreto nº 7.794/2012)

O objetivo é integrar, articular e adequar programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e contribuir para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis por meio de políticas públicas implementadas pela União. [Saiba mais...](#)

Mudanças nas normas gerais de licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública - (MP nº 575/2012)

De acordo com a Medida Provisória, o contrato de parceria público-privada poderá prever o aporte de recursos em favor do parceiro privado, autorizado por lei específica, para a construção ou aquisição de bens reversíveis de acordo com a indicação, características e condições em que serão postos à disposição, constantes do edital.

[Saiba mais...](#)

Governo cria novo "ex" tarifário e reduz a 0% a alíquota do IPI de alguns produtos até 30.09.12

(Decreto nº 7.792/2012)

Alterada a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

[Saiba mais...](#)

Prorrogado recolhimento do ICMS aos participantes da "Office Paper Brasil Escolar"

(Decreto nº 58.281/12)

O prazo foi prorrogado por 30 dias para o recolhimento do ICMS nas saídas de mercadorias e às situações a que se aplica, decorrentes do evento "Office Paper Brasil Escolar – 26ª Feira Internacional de Produtos, Serviços e Tecnologia para Escolas, Escritórios e Papelarias", realizado no período de **27 a 30 de agosto de 2012**.

[Saiba mais...](#)

Alteração da lista de produtos sujeitos à substituição tributária

(Decreto nº 58.282/2012)

São Paulo exclui da lista de produtos sujeitos à substituição tributária produtos da indústria alimentícia e da construção civil e inclui produtos da indústria química.

[Saiba mais...](#)

Alteração dos Anexos do ICMS/SP sobre Isenção e Redução de Base de Cálculo

(Decreto nº 58.283/2012)

Alterados os Anexos do ICMS/SP quanto ao milho, às silagens de forrageiras e de produtos vegetais e introduzido dispositivo sobre as operações com fármacos e medicamentos derivados do plasma humano coletado nos hemocentros de todo o país. [Saiba mais...](#)

Fazenda do Estado de São Paulo segue CAMEX e atualiza classificação fiscal de mercadorias - (Decreto nº 58.285/2012)

O Regulamento do ICMS/SP foi modificado para atualizar a classificação fiscal de diversas mercadorias de acordo com as alterações promovidas pela Câmara de Comércio Exterior - CAMEX. [Saiba mais...](#)

Cumulação tributária pode beneficiar quem adquire leite cru para fabricação de queijo (Decreto nº 58.286/2012)

Foram realizadas alterações no Regulamento do ICMS/SP para possibilitar ao estabelecimento paulista de queijo à utilização de forma cumulativa do crédito outorgado com a redução de base de cálculo. [Saiba mais...](#)

Suco de laranja tem redução na base de cálculo nas saídas internas

(SEFAZ-SP - Decreto 58.308/2012)

Fabricantes, varejistas e atacadistas de suco de laranja tiveram redução da base de cálculo incidente nas saídas internas, classificado no código 2009.1 da NCM, de forma que a carga tributária corresponda ao percentual de 12% (doze por cento). [Saiba mais...](#)

ICMS vencidos em setembro têm taxa de juros de mora em 0,03% ao dia ou 0,90% ao mês

(SEFAZ-SP - Comunicado DA 60/2012)

O Comunicado divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 30/09/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS. [Saiba mais...](#)

Confira os valores mínimos do ICMS para operações com gado e carne

(SEFAZ-SP - Portaria CAT 97/2012)

O ICMS incidente sobre as operações efetuadas com gado e carne deverá ser calculado sobre os valores fixados na tabela desta portaria. [Saiba mais...](#)

Alteradas as regras para mercadorias em estoque (SEFAZ-SP - Portaria CAT 99/2012)

Foram acrescentados os códigos de mercadoria 542 e 543 à tabela do Anexo II da Portaria, que trata do cumprimento das obrigações principal e acessórias relativas às mercadorias existentes em estoque no dia imediatamente

anterior ao do início da vigência do regime de retenção antecipada por substituição tributária. [Saiba mais...](#)

Alterada substituição tributária nas operações com produtos farmacêuticos, soros e vacinas de uso humano

(CONFAZ-SP - Protocolo ICMS 96/2012)

Confira as mudanças que os Estados da Bahia e de São Paulo fizeram no Protocolo que trata da substituição tributária nas operações com produtos farmacêuticos, soros e vacinas de uso humano.

[Saiba mais...](#)

Alterada substituição tributária nas operações interestaduais com brinquedos

(CONFAZ-SP - Protocolo ICMS 97/2012)

Introduzidas alterações no Protocolo que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com brinquedos. [Saiba mais...](#)

Alterada substituição tributária nas operações com bicicletas entre Bahia e São Paulo

(CONFAZ-SP - Protocolo ICMS 98/2012)

As alterações são referentes ao regime de sujeição passiva por substituição tributária do ICMS nas operações interestaduais realizadas entre os Estados da Bahia e São Paulo com bicicletas. [Saiba mais...](#)

Alterada substituição tributária nas operações com bicicletas no Rio Grande do Sul e São Paulo (CONFAZ-SP - Protocolo ICMS 100/2012)

Os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo alteraram o Protocolo que trata da substituição tributária nas operações com bicicletas. [Saiba mais...](#)

Alterada substituição tributária nas operações com instrumentos musicais

(CONFAZ-SP - Protocolo ICMS 101/2012)

Os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo celebraram o Protocolo ICMS 101, de 15.08.2012, alterando o Protocolo ICMS 90/09, que trata da substituição tributária nas operações com instrumentos musicais.

[Saiba mais...](#)

Alterada substituição tributária nas operações com brinquedos

(CONFAZ-SP - Protocolo ICMS 102/2012)

Os Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo celebraram o Protocolo ICMS 102, de 15.08.2012, alterando o Protocolo ICMS 97/09, que trata da substituição tributária nas operações com brinquedos.

[Saiba mais...](#)

ARTIGOS

RESPONSABILIDADE OBJETIVA DOS BANCOS: ACERTADO, AINDA QUE TARDIO, RECONHECIMENTO PELO STJ

Para acabar de vez com a discussão sobre o tema, recentemente o Superior Tribunal de Justiça publicou a Súmula nº 479, o que representa um avanço na defesa dos direitos dos consumidores e, ao mesmo tempo, um incentivo às instituições financeiras no investimento da prevenção contra fraudes. [Leia mais...](#)

Fábio Corrêa Meyer
Diretor Jurídico da FIESP/CIESP

A LIVRE CONCORRÊNCIA E A PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

O direito do consumidor tem recebido destaque importante nas relações econômicas, demandando ao Estado, por meio de seus órgãos, maior rigor na fiscalização dos produtos e serviços, de forma a lhes garantir padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho. [Leia mais...](#)

Adriana Roder
Advogada- DEJUR/FIESP

EVENTOS

GRUPO DE ESTUDOS DE DIREITO EMPRESARIAL DA FIESP/CIESP realizará *Mesa de Debates* no próximo dia **27 de setembro** sobre o tema **“Reformulação da Lei das S/A: a Sociedade Anônima simplificada”**, no Edifício-Sede desta Federação, na Av. Paulista, 1313 – **10º andar (Auditório)**, com início às **14h**. **Em breve estarão abertas as inscrições. Participe!**

EQUIPE TÉCNICA

Diretor Titular do Departamento Jurídico da FIESP e CIESP: Helcio Honda | Gerente DEJUR FIESP: Alexandre Ramos. Coordenador: Luiz Gonzaga de Carvalho | Gerente DEJUR CIESP: Rogério Domene. Advogada: Elaine Karine Gomes de Souza. Colaboraram com esta edição: Fábio Corrêa Meyer, Adriana Roder. Comentários e sugestões: E-mail: cdejur@fiesp.org.br
Acesse o nosso link “jurídico” no site da FIESP e confira a análise completa acerca de diversos temas, além dos materiais das últimas reuniões dos Grupos de Estudos, bem como as Cartilhas de Direito Concorrencial e SPED atualizadas. Conexão Jurídica é uma publicação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), de caráter meramente informativo. Sua eventual adoção para casos concretos exigirá o exame dos fatos e aspectos circunstanciais próprios de cada situação, devendo-se levar em conta que outros posicionamentos podem existir sobre a matéria.